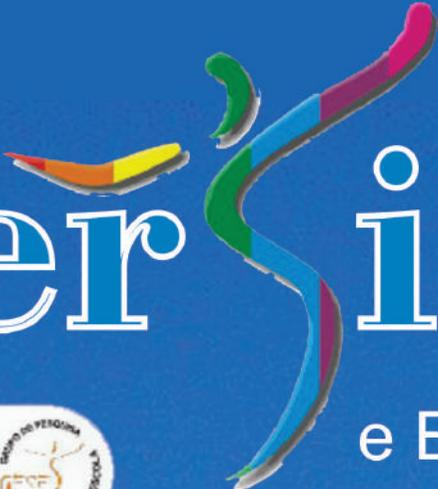


O Revista Diversidade



e Educação



v.2 n.4 julho/dezembro 2014 - Rio Grande/RS

ISSN 2358-8853

Diversidade Sexual

”Propor, estimular e adotar ações focalizadas em favor do respeito à identidade de gênero, na inclusão educacional e na formação profissional”

- Rogério Junqueira



EXPEDIENTE

Núcleo Responsável:
Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
Endereço: Av. Itália km 8, Carreiros. (053) 3293-5073

Endereço eletrônico:
<http://www.sexualidadeescola.furg.br>
E-mail: sexualidadeescola@furg.br

Coordenadora:
Paula Regina Costa Ribeiro

Editora
Joanalira Corpes Magalhães

Jornalista Responsável:
Yéssica Lopes - MTB 16289

Colaboradores:
Paula Regina Costa Ribeiro – pribeiro@furg.br
Joanalira Corpes Magalhães – joaniramagalhaes@furg.br
Raquel Pereira Quadrado – raquelquadrado@furg.br
Deise Azevedo Longaray – deiselongaray@furg.br
Juliana Lapa Rizza – juliana.rizza@furg.br
Suzana da Conceição de Barros – suzanabarros@furg.br
Dárcia Amaro Ávila – darcia.avila@furg.br
Ana Luiza Chaffé Costa – chaffe@vetorial.net
Maria Teresa Orlandin Nunes – mtnunes@furg.br
Benícia Oliveira da Silva – benicia.silva@furg.br
Fabiane Lopes Teixeira – fabilteixeira@hotmail.com
Lucilaine dos Santos Oliveira – lucilaineoliveira@furg.br

Projeto Gráfico e Diagramação
Joanna Alves Vaz

Revisão ortográfica e gramatical
Breno Maciel Reis

Apoio e patrocínio:
MEC. SECADI, PROEXC FURG

Impressão:
Gráfica e Editora Copiart Ltda

Tiragem:
1000 exemplares

As matérias, artigos e demais produções que compõem a revista são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as.

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Endereço de Correspondência
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola- GESE
Av. Itália km 8 – Carreiros 96203-900
Fone:(053) 3293-5073
E-mail: sexualidadeescola@furg.br
Página do Grupo: <http://www.sexualidadeescola.furg.br/>

APRESENTAÇÃO

O quarto número da Revista Diversidade e Educação traz como tema central a diversidade sexual. Essa temática nos últimos anos vem sendo discutida e problematizada por diferentes instâncias, mas nosso foco nesse número será a escola e seu papel como uma importante instância que atua na constituição dos sujeitos.

Nesse número, teremos a segunda parte da entrevista de Rogério Junqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Na seção DIVERSIDADE EM DEBATE apresentamos dois textos. O texto de Deise Azevedo Longaray aponta a importância da escola no combate ao preconceito. A autora propõe que seu texto contribua para pensarmos a respeito da afirmação das diferenças e a promoção de uma cultura de respeito no âmbito escolar. O texto de Anderson Ferrari e Roney de Castro nos provocam a pensar o tema da revista a partir de uma peça de teatro intitulada “Atravessando a ponte”. O espetáculo encenado por alunos e alunas de uma escola pública, traz à tona também diversos temas além da diversidade sexual, tais como: gravidez na adolescência, namoro, preconceito, desejo, sexo, amor, entre outros.

Na seção HISTÓRIA DE MARIA, a equipe da escola de Maria sentiu a necessidade de discutir a questão do nome social pela chegada da aluna Luanna. Com a leitura e discussão de algumas normativas e decretos oficiais, a escola soube como usar o nome social da Luanna nos documentos da escola. Contudo, Luanna enfrentou um problema com relação ao uso do banheiro. Vamos contar a história, leia e fique por dentro de como tudo aconteceu.

Na seção COTIDIANO DA ESCOLA, Eliane Maio e Isaias Oliveira questionam o cotidiano escolar e suas práticas heteronormatizadoras. Discutem a hostilidade contra alunos/as lésbicas, gays, bissexuais, bigênero, travestis, transexuais, transgêneros, queers, questionadores/as, aliados/as, assexuados – LGBTQIA –, e destacam a importância da inclusão da diversidade sexual no âmbito escolar como um direito, e não como uma concessão.

Por último na seção ESPAÇOS EDUCATIVOS, apresentamos resenhas de alguns livros infantis e a sinopse de filmes que abordam a temática da diversidade sexual.

Desejamos uma ótima leitura!!!

Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro
Coordenadora do GESE
Professora do Instituto de Educação (FURG) e
Doutora em Ciências Biológicas

Catálogo na fonte: Simone Godinho Maisonave / CRB 10/1733

R349

Revista Diversidade e Educação [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande. v.2, n.4 (Jul./Dez. 2014). Rio Grande, 2014.

Periodicidade Semestral.

Disponível em: <http://www.revistadiversidadeeducacao.furg.br/index.php/ct-menu-item-1.html>

ISSN 2358-8853

Revista do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

1. Educação – Periódicos 2. Sexualidade 3. Gênero

CDD 370

SUMÁRIO



4 Entrevista



18

**História
de maria**

come
ra entender es
AUR
MEL SAUPP

10

**Diversidade
em debate**



22 Cotidiano
na escola



**Espaços
educativos** **24**

ROGÉRIO JUNQUEIRA

“CONCEITOS DE DIVERSIDADE”

Parte II

Continuação da entrevista realizada (v.2, n.3 jan./jun. 2014) com Rogério Junqueira.

O entrevistado é doutor em Sociologia (Universidade de Milão e Macerata), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dedicar-se a pesquisas e análises no campo dos exames e das avaliações educacionais, com ênfase em gênero, diversidade sexual, deficiência, cotidiano escolar, direitos humanos e discriminações na escola. Atuou na implementação do Programa Brasil Sem Homofobia.

Yéssica Lopes

“Diversidade” tornou-se uma palavra de ordem em torno da qual existem entendimentos distintos. Desde que ganhou a arena política, ele costuma circular em acepções muito vagas. Do que e de quem estamos falando? Quem ficou de fora? Alguém ficou mais no centro ou mais à margem? De que modo são representadas diferentes categorias sociais nos discursos acerca da diversidade? Como os sujeitos envolvidos respondem às representações que se constroem acerca deles? E assim por diante.

DIVERSIDADE: Tu tens problematizado um entendimento bastante recorrente sobre homofobia, considerando-o restritivo, despolitizado, e tens afirmado que a homofobia nas escolas seria um problema de todos, pondo em ação uma Pedagogia do Armário. O que significa isso?

Rogério: De fato, o termo homofobia tem sido comumente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a “homossexuais”. No entanto, entendê-lo de modo tão restrito implica pensar o seu enfrentamento por meio de medidas voltadas sobretudo – ou apenas – a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de indivíduos ou de grupos homofóbicos em relação a uma suposta minoria. Relacionar a homofobia simplesmente a um conjunto de atitudes individuais em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais implicaria

desconsiderar que as distintas formulações da matriz heterossexual, ao imporem a heterossexualidade como obrigatória, também controlam o gênero. Por isso, parece-me mais adequado entender a homofobia como um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. E mais: seus dispositivos atuam capilarmente em processos heteronormalizadores de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização com os quais todos somos permanentemente levados a nos confrontar.

Dizer que a homofobia e o heterossexismo pairam ameaçadoramente sobre a cabeça de todos não implica afirmar que afetem indivíduos e grupos de maneira idêntica ou indistinta. Embora a norma diga respeito

a todos e seus dispositivos de controle e vigilância possam revelar-se implacáveis contra qualquer um, a homofobia não deixa de ter seus alvos preferenciais. As lógicas da hierarquização, da abjeção social e da marginalização afetam desigualmente os sujeitos. O macho angustiado por não cumprir com os ditames inatingíveis da masculinidade hegemônica não tenderá a ter seu status questionado se agredir alguém considerado menos homem. Pelo contrário, com tais manifestações de virilidade, além de postular-se digno representante da comunidade dos “homens de verdade”, ele poderá até ser premiado. Afligido pela pesada carga que sua posição de dominante acarreta, ele, para esconjurar ameaças a seus privilégios, terá à sua disposição um arsenal heterossexista socialmente promovido.

As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas constituem-se poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Isso se faz seguir de tensões de invisibilização e revelação, próprias de experiências do armário. Estou falando de algo que se traduz em uma pedagogia do armário, que se estende e produz efeitos sobre todos.

A pedagogia do armário é constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão. Ela, portanto, não fica circunscrita a um mero conjunto de práticas (in)formais por meio das quais preconceitos (hetero)sexistas e homofóbicos são cultivados e transmitidos, levando estudantes a não se assumirem enquanto homossexuais. Mais do que isso: a pedagogia do armário diz respeito a processos amplos, sutis, complexos e profundos ao longo dos quais cada sujeito do espaço escolar é implicado. Nesse cenário, sob a égide dessa pedagogia, dispositivos heteronormativos e práticas disciplinares se relacionam à edificação e à salvaguarda de valores e regimes de verdade heteronormativos, bem como

de relações de poder heterocêntricas e de processos de (des)classificação, hierarquização e estruturação de privilégios heterossexistas, cujas arbitrariedades e iniquidades o currículo, ao mesmo tempo em que veicula, contribui para naturalizar e legitimar.

DIVERSIDADE: **Que ações consideras importantes de serem implementadas para que possamos promover uma cultura da promoção da diversidade nas escolas?**

Rogério: Penso ser importante questionar processos sociocurriculares e políticos por meio dos quais, na escola, as diferenças e as diferenciações são produzidas, nomeadas, valorizadas ou desvalorizadas. Não basta denunciar o preconceito e apregoar maior liberdade: é preciso desestabilizar processos de normalização,

marginalização e estigmatização. Muito além da busca por respeito e vago pluralismo, vale discutir e abalar códigos dominantes de significação, desestabilizar relações de poder, fender processos de hierarquização, perturbar classificações e questionar a produção de identidades reificadas e diferenças desigualadoras.

Portanto, não parece ser de pouca monta investir na desconstrução de processos sociais,

políticos e epistemológicos, próprios da pedagogia do armário, por meio dos quais alguns indivíduos e grupos se tornam normalizados ao passo que outros são marginalizados. Como lembra Louro, diante das possibilidades, descontinuidades, transgressões e subversões que o trinômio sexo-gênero-sexualidade experimenta e produz, vale resistir à comodidade oferecida por concepções naturalizantes que separam sexo da cultura e oferecem suporte a representações essencialistas, binárias e redutivistas em relação a corpo, gênero, sexualidade, identidades etc.

Nas escolas, a naturalização das normas de gênero é acompanhada de uma ausência de indignação e uma forte busca de autoapaziguamento frente à violência que a heteronormatividade perpetra. Uma mescla de ingredientes (conformismo, resignação, dor, indignação, descontentamento, desconforto, compaixão, impotência, indiferença) alia-se a uma

“A EDUCAÇÃO É FUNDAMENTAL NISSO, POIS ELA É “UM MEIO DE AMPLIAR O EU COM EXPERIÊNCIAS QUE SÓ PODEM SER VIVIDAS ATRAVÉS DO OUTRO”.”

falta de motivação para sair em busca de alternativas mais eficazes, coletivamente construídas. Ao sabor das disposições da pedagogia do armário, as providências costumam ser paliativas ou equivocadas e não apontam para nenhuma articulação social ou política. Muitos encaminhamentos parecem informados por um modo de ver que não leva à mudança. Não raro, discursos perfazem um deslocamento nos processos de atribuição de responsabilidades, que migram do grupo e da instituição, autores da violação, para o alvo da discriminação direta.

Apesar disso, penso a escola como um espaço onde o naturalizado é tido como incontornável pode ser confrontado por pedagogias dispostas a promover diálogos, releituras, reelaborações e modos de ser, ver, classificar e agir mais abertos e criativos. Um local onde podemos buscar inventar formas de conviver, ensinar, aprender, em favor da reinvenção e a dignificação da vida. A democracia e a educação de qualidade dependem disso.

Assim, pensando estritamente agora no plano da escola, há muita coisa que pode ser feita no enfrentamento dos ditames e dos efeitos da heteronormatividade, com distintos graus de alcance e possibilidade, segundo cada cenário específico.

É importante que o/a professor/a saiba identificar e se disponha a mudar o que em sua atuação profissional, na sua didática, nas relações pedagógicas que estabelece ele/ela contribui para perpetuar normas, valores, práticas opressivas em relação à diferença ou à diversidade. Para isso, treinar a escuta e abrir-se para o diálogo real são imprescindíveis.

Ao lado disso, o/a professor/a precisará atentar-se também para os efeitos indesejados das medidas voltadas para enfrentar situações de injustiça. Por exemplo, será que o modelo de inclusão preconizado pela escola ou pela política produz sempre inclusão?

A promoção dos direitos humanos deve ser elemento central da escola. A acessibilidade (em termos físicos, culturais, comunicacionais e atitudinais) deve ser um princípio organizador de todos os espaços, atividades, metodologias e currículos.

A escola, ao promover a cultura dos direitos humanos,

precisa saber identificar, prevenir e enfrentar situações de preconceito, discriminação, marginalização, exclusão e violência. Isso implica a necessidade de elaborar e implementar diretrizes, planos, projetos etc. voltados a fazer da escola um espaço seguro, antidiscriminatório, efetivamente educativo. Vale deixar isso evidente no seu regimento interno e no projeto político pedagógico. E claro: é indispensável rediscutir regras, normas escolares, currículos e práticas didático produtoras de desigualdades e opressão. No plano administrativo e disciplinar, ela pode adotar medidas que busquem garantir o acesso, a permanência e o enfrentamento a situações de preconceito, discriminação e violência.

É importante perceber que todos os atores e espaços da escola, em todas as matérias e atividades, estão implicados na construção de saberes, sujeitos, identidades, hierarquias sociais etc. Assim, os temas relacionados aos direitos humanos dizem respeito a cada um e à instituição como um todo. Na escola, ninguém atua sem produzir efeitos nessa área. Na escola, todos educam e todos educam para as relações sociais, etnicorraciais, de gênero, para a sexualidade,

alteridade etc.

Analisar os livros e outros materiais didáticos empregados na escola também não é de pouca importância. O racismo, o machismo, o classismo etc. estão tão fortemente internalizados e naturalizados em nossa cultura que podem passar despercebidos até mesmo em materiais usados em sala de aula. É preciso também garantir que a biblioteca da escola disponha de acervos acessíveis sobre essas temáticas.

Propor, estimular e adotar ações focalizadas em favor do respeito à identidade de gênero, na inclusão educacional e na formação profissional de travestis e transexuais e de outros grupos socialmente vulneráveis. E isso não se limita à importante garantia do direito ao uso do “nome social” e do banheiro segundo a identidade de gênero. É importante garantir que todas as pessoas possam aceder e usufruir igualmente os espaços e os serviços da escola.

Ao lado das ações voltadas a envolver as famílias na comunidade escolar, considerar tanto a diversidade dos arranjos familiares quanto a necessidade de se

“A PROMOÇÃO
DOS DIREITOS
HUMANOS DEVE SER
ELEMENTO CENTRAL
DA ESCOLA. A
ACESSIBILIDADE DEVE
SER UM PRINCÍPIO
ORGANIZADOR DE
TODOS OS ESPAÇOS”

preservar o caráter público da escola. Ou seja, a escola pública não deve estar meramente a serviço dos interesses privados de uma ou outra família, mas, enquanto espaço de socialização e educação para a vida, ela deve promover os valores da cidadania e dos direitos humanos.

Por último, mas não menos importante, é imprescindível envidar todos os esforços para garantir a laicidade da escola. Por força da Constituição Federal, a escola não pode ser um espaço de promoção ou de proselitismo de uma ou outra religião. Ou seja, a escola pública pode até ser espaço para se refletir, em termos filosóficos e antropológicos, sobre a diversidade religiosa, mas em nenhum caso não pode ser usada para a imposição da fé privada. Gestores/as e professores/as não têm direito de fazer de seu lugar de poder um instrumento para disseminar seus valores e crenças pessoais. Ao agirem assim, supostamente em nome da liberdade de expressão (somente a deles), mesmo sem promover discursos de ódio (o que também não é raro nesses casos), eles sufocam o direito à diferença e atentam contra o princípio constitucional do respeito à dignidade humana. Enfim, a laicidade não tem nada a ver com ateísmo. A laicidade das instituições públicas é elemento central para a garantia da plena liberdade religiosa, na sua pluralidade e riqueza. Para que cada um possa ter, mudar ou deixar de ter religião, é fundamental que o Estado não promova e nem advogue em favor de nenhuma. A laicidade das instituições públicas é uma das mais importantes invenções da democracia, indispensável para a liberdade de todos os indivíduos.

DIVERSIDADE: Como preparar os profissionais a trabalhar com uma educação pluralista?

Rogério: É preciso considerar que ações isoladas de enfrentamento a preconceitos e discriminações nas escolas tenderão a produzir efeitos limitados enquanto os temas da diferença estiverem ausentes da formação inicial e continuada de profissionais da educação e não comparecerem de maneira nítida e bem articulada nas diretrizes para os sistemas de ensino. Por isso, seria irrealista esperar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental pudessem, isoladamente, dar conta desses temas. Além de não terem encontrado condições favoráveis para o seu enraizamento dos

sistemas de ensino, os PCNS não foram acompanhados de políticas educacionais especificamente voltadas à temática da diferença e diversidade – especialmente a sexual. Primeiro documento oficial do MEC a associar a sexualidade à ideia de prazer, os PCNS silenciam-se sobre as homossexualidades e as transgeneridades. No documento, a noção de “orientação sexual”, a tematização das doenças sexualmente transmissíveis, da Aids e da gravidez adolescente, aliadas a um discurso de responsabilização dos sujeitos, não ensejaram o alargamento e o aprofundamento do debate em termos mais críticos, plurais e inovadores.

Sem forte investimento na formação de professores/as para a promoção da cultura dos direitos humanos, do reconhecimento da diferença e da diversidade, de pouco servirão as diretrizes para os sistemas, pois elas não produzirão automaticamente sujeitos dispostos ou aptos para implementá-las.

A formação inicial e continuada também requer investimentos na produção acadêmica e na divulgação científica, bem como a elaboração de material didático e paradidático. E já que falamos disso, vale observar que igualmente problemáticas são: a produção e a distribuição de material didático desvinculadas de processos de formação docente – tão ao gosto dos empresários bilionários amigos das escolas, sempre dispostos a inundar as escolas com suas apostilas. De pouco adianta falar de formação de profissionais da educação, de produção de diretrizes ou de materiais se tudo se mantiver nos limites postos por discursos ancorados em concepções restritas ou negativas de corpo, raça/etnia, gênero, sexualidade, deficiência ou em mera conformidade com os interesses imediatos e alienantes do mercado.

Difícilmente conseguiremos avanços significativos se continuarmos a falar em direitos humanos de maneira vaga e imprecisa e sem incluir nitidamente os direitos sexuais e as discussões sobre a autodeterminação de gênero. Sem isso, a sexualidade tende, no máximo, a ser vista a partir do viés da prevenção (de doenças e gravidez) e não da promoção e da garantia de direitos e, assim, a permanecer no plano do risco e da ameaça, reverberando mobilizações conservadoras que preconizam uma política sexual voltada a conter supostas ameaças à família e à normalidade heterossexual.

DIVERSIDADE: **Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que contribuam para a discussão sobre uma escola mais plural?**

Rogério: Vou lhes sugerir alguns filmes disponíveis na rede e que, espero, podem colaborar para as reflexões e as adoções práticas relacionadas ao mundo da escola, aos preconceitos e às discriminações. Para facilitar, faço uma divisão por tópicos temáticos. Os filmes, evidentemente, vão muito além disso.

Sobre educação, escola, diferença, laicidade, crises e projetos inovadores:

- “Pro Dia Nascer Feliz”, de João Jardim, 88 min., documentário: <http://tinyurl.com/kws2lcf>;
- “A Educação Proibida”, de German Doin, 145 min., documentário: <http://tinyurl.com/mfdutsp>;
- “Escolarizando o Mundo”, de Carol Black, 70 min., documentário: <http://tinyurl.com/kwxnldl>;
- “Diferente mas Igual”, de Alex Moletta, 2 min., curta: <http://tinyurl.com/kj9y7ax>;
- “Se Sete Vidas Eu Tivesse (Vocacional)”, de José Maurício de Oliveira, 25 min., documentário: <http://tinyurl.com/kdgjbsn>;
- “Ensino Vocacional em 9 minutos”, curta: <http://tinyurl.com/n3nygdj>;
- “Vocacional”, de Toni Venturi, documentário: <http://tinyurl.com/mu5axp6>.

Sobre racismo e discriminação:

- “Olhos Azuis”, de Bertram Verhaag (com Jane Elliot), 83 min., documentário: <http://tinyurl.com/lgbvrqw>;
- “Uma lição de discriminação”, de Pasquale Turbide e Lucie Payeur, 42 min., documentário: <http://tinyurl.com/mn3ec4m>;
- “Nossos espíritos não falam inglês”, de Steven

Heape, 52 min., documentário: <http://tinyurl.com/k3dzcs4>;

- “Racismo Científico, Darwinismo Social e Eugenia”, de David Olosoga, 53 min., documentário: <http://tinyurl.com/kyj9l7l>;
- “Auschwitz – Holocausto”, de Alan Lygo e Martina Balazova, 47 min., documentário: <http://tinyurl.com/mqa8j94>.

Sobre acessibilidade e deficiência:

- “Acessibilidade”, vídeo da campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), 3 min.: <http://tinyurl.com/kersp4c>;
- “As Cores das Flores”, da ONCE, 4min., docudrama: <http://tinyurl.com/kbqwpqm>;
- “Cuerdas”, de Pedro Solís García, 9 min., animação: <http://tinyurl.com/krpm3p8>;
- “Vermelho como o céu”, de Cristiano Bortone, 96 min., ficção: <http://tinyurl.com/khz6u25>;
- “Somos Todos Diferentes”, de Aamir Khan, 162 min., ficção: <http://tinyurl.com/kjh7jfy>;
- “Não quero voltar sozinho”, de Daniel Ribeiro, 17 min., ficção: <http://tinyurl.com/jvqk4bj>.

Sobre gênero, mulheres e direitos sexuais:

- “Judith Butler: Seu comportamento cria seu gênero”, de Paule Zadjermann, 3 min.: <http://tinyurl.com/lqgn48x>. Trecho do documentário, de 51 min.: <http://tinyurl.com/ld4ttke> (1/3), <http://tinyurl.com/l8mmo4t> (2/3) e <http://tinyurl.com/mtv5hz8> (3/3), com legendas em espanhol;
- “Vida de Maria”, de Márcio Ramos, 9 min., animação: <http://tinyurl.com/kd8kxgl>;
- “Falta Alguma Coisa”, de Mark Thurop Van Orman, 11 min., animação: <http://vimeo.com/37045238>;
- “Aquelas Mulheres”, de Verena Kael e Matilde Teles, 20 min. documentário: <http://vimeo.com/68323950>;

- “O Aborto dos Outros”, de Carla Gallo, 72 min., documentário: <http://tinyurl.com/ml3sldm>;

- “Women in Nazi Germany”, de Cate Haste, 48 min., documentário: <http://tinyurl.com/nxc3yjjz>;

- “Reacciona Ecuador, el machismo es violencia” (campanha equatoriana contra o machismo e a violência de gênero): <http://tinyurl.com/3wojshj> (1 min.), <http://tinyurl.com/n58bf4x> (1min.), <http://tinyurl.com/lhbm7m> (1 min.), <http://tinyurl.com/lj4ym9m> (1 min.), <http://tinyurl.com/lum4feo> (1min.).

- “Menininha questionando o sexismo da indústria de brinquedos”, 1 min., filmagem doméstica: <http://tinyurl.com/lr7dske>.

Sobre homossexualidades, transgeneridade, heterossexismo, homofobia, transfobia:

- “Diverdiferencias”, de GALE, 12 min., animação: <http://vimeo.com/31411619>

- “Delicada Atração”, de Hettie MacDonald, 85 min., ficção: <http://tinyurl.com/kcq54zd>;

- “Tempestades de Verão (Desculpe-me, Eu gosto de Você)”, de Marco Kreuzpainter, 100 min., ficção: <http://tinyurl.com/kk3deaz>;

- “Minha Vida em Cor de Rosa”, de Alain Berliner, 89 min., ficção: <http://tinyurl.com/mb5wv7m>;

- “Transamérica”, de Duncan Tucker, 104 min., ficção: <http://tinyurl.com/mb5ghk7>;

- “C.R.A.Z.Y.”, de Jean-Marc Vallée, 122 min., ficção: <http://tinyurl.com/k877e9y>;

- “Lírios d’Água”, de Céline Sciamma, 85 min., ficção: <http://tinyurl.com/ldy8lgz>;

- “Cuéntame”, de Carlos Molinero, 18 min., ficção: <http://tinyurl.com/kgzhpv3>;

- “Minha Mãe Gosta de Mulher”, de Daniela Fejerman e Inés París, 96 min., ficção: <http://tinyurl.com/lycgxzu>;

- “Amanda e Monick”, de André da Costa Pinto, 19 min., documentário: <http://tinyurl.com/mw2b32q>;

- “The Celluloid Closet (O Outro Lado de Hollywood)”, de Jeffrey Friedman e Rob Epstein, 101 min., documentário: <http://vimeo.com/71185771> (1/3); <http://vimeo.com/71302381> (2/3); <http://vimeo.com/71304990> (3/3);

- “Stand up!”, de Anna Rodgers & Aoife Kelleher, 4 min., curta-metragem de uma campanha contra a homofobia na Irlanda: <http://tinyurl.com/ll8llkz>.

- “Pink Dot” (campanhas anuais contra a homofobia em Singapura): “Support the Freedom to Love”, 3 min: <http://tinyurl.com/kobf7e7>; “Some Day”, 2 min: <http://tinyurl.com/llo49xj>; “Home”, 5 min: <http://tinyurl.com/l8a5x9d>;

- Pronunciamentos de Navi Pillay, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos: <http://tinyurl.com/kfy6wcc> (7 min.) e <http://tinyurl.com/lzer3tz> (6min.);

- “O Riso dos Outros”, de Pedro Arantes, 52 min., documentário: <http://tinyurl.com/mk727tb>;

- “Kids React to Gay Marriage (Crianças Reagem ao Casamento Homossexual)”, de The Fine Bros., 16 min., documentário: <http://tinyurl.com/m2x5ofx>;

- “Reação de um garoto ao conhecer um casal gay”, 1 min., filmagem doméstica: <http://tinyurl.com/n6ef4gk>.



É INDISPENSÁVEL REDISCUTIR REGRAS, NORMAS ESCOLARES, CURRÍCULOS E PRÁTICAS DIDÁTICAS PRODUTORAS DE DESIGUALDADES E OPRESSÕES.

DEISE AZEVEDO LONGARAY

Doutora em Educação em Ciências

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO COMBATE AO **PRECONCEITO**

Sempre quando a gente ia fazer queixa, os errados éramos eu e meus amigos. [...] O problema nunca era quem ofendia, quem batia na gente, sempre era nós. O problema era que eramos homossexuais. Não sabiam lidar com isso. Eu me lembro que a diretora um dia me chamou na sala dela, foi quando ela me convidou a me retirar da escola. Claro, elas não sabiam lidar com a situação. O parar de estudar foi porque a gente sofria mesmo na escola, a gente apanhava. Já apanhei na escola, com ferro nas costas. (M.R.)

“Minha relação [na escola] era de preconceito e de diferença. As pessoas sempre me tratavam muito mal. Os guris da minha aula e de toda a escola que eu estudava brigavam comigo, me falavam palavras horríveis, me chamavam de bicha, traveco, putão, veado. [...] os meninos me desrespeitavam muito. Inclusive as diretoras e professoras da escola, eu falava pra elas e elas me mandavam ficar calmo, não dar bola, mas aquilo me machucava demais, porque eu sofria muita agressão verbal. Uma vez eu até apanhei de um, só porque eu fui me defender (L).”

As enunciações acima foram produzidas ao longo da minha pesquisa de doutorado intitulada “A (Re)Invenção de si: Investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais”, a qual teve como propósito investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos. E é com elas que inicio esse texto, questionando: qual a função social da escola frente às situações de violência como essas? Nós professores/as estamos preparados/as para

lidar com tais situações? O que fazer diante disso?

Com esse texto, não tenho a pretensão de propor soluções para os problemas encontrados nas escolas com relação à diversidade sexual e de gênero, mas problematizar a importância da discussão dessas temáticas na escola no sentido de contribuir para a afirmação das diferenças e para a promoção de uma cultura de respeito no âmbito escolar.

É possível evidenciar, a partir das narrativas, que se faz necessária a problematização “do outro”, das diferenças dentro da escola, uma vez que essa instituição trabalha na produção dos corpos e das subjetividades. Para Silva (2000, p. 97):

Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência [...] o outro é o outro gênero, o outro é a outra cor, o outro é a raça, o outro é outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente.

Partindo desse pressuposto, desestabilizar as “verdades” construídas sobre as sexualidades, aquelas que instituem um único modo de ser, é imprescindível, uma vez que são múltiplas as formas de viver os gêneros e as sexualidades. É na escola que os sujeitos constroem as primeiras redes de relações que passam a ser fundamentais nos seus processos de subjetivação. Para a maioria dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, a escola é um ambiente caracterizado pela vigilância dos gêneros e pela heterossexualidade que, nesse contexto, assume a posição privilegiada.

Ela, a partir de seus discursos, institui as formas como devemos agir na sociedade. É nesse espaço também que as relações com os sujeitos ao nosso redor estreitam-se e as interações contribuem para o reconhecimento dos mesmos enquanto tais. A escola, portanto, a partir de regras e discursos normativos, é um dos principais – e talvez o mais significativo – espaço de educação para os gêneros e para as sexualidades. É nesse ambiente – disciplinar, regulatório e normativo – que se estabelece e se aprende quais os limites dos nossos corpos, de

nossas ações, de nossos gestos, de nossas posturas, da nossa fala, de nossos desejos, entre outras questões, a partir das quais ensina-se e aprendemos que deve haver uma uniformidade entre os gêneros e uma hegemonia heterossexual, bem como uma normalidade corporal.

A escola é um espaço de aprendizagens, de conhecimentos, de interações, mas, para muitas pessoas, ela tem se tornado local de recusa, de exclusão, de rejeição, de tristeza, porque nela muitas subjetividades são marginalizadas, reprimidas e ignoradas, tais como as homossexualidades, as bissexualidades, e principalmente, as travestilidades e as transexualidades. As narrativas de M.R. e L. apontam para a violência vivenciada na escola.

As desigualdades entre os gêneros e a homofobia são (re)produzidas nela e encontram-se em diversos momentos e lugares: na hora da chamada, nos discursos produzidos pelos/as professores/as e colegas, nos livros didáticos, no acesso ao banheiro, nas filas, etc. De um modo geral, pode-se afirmar que a homofobia resulta na exclusão dos/as sujeitos/as LGBT do ambiente escolar, quando muitos gestos, atitudes e palavras, que têm a pretensão de isolar, humilhar, excluir, fazem com que muitos/as adolescentes abandonem a escola, fato muito comum entre travestis e transexuais.

Nesse sentido, faz necessária, por exemplo, a promoção e aceitação do nome social de travestis e transexuais na escola. Ser reconhecido/a pelo seu nome social em registros escolares, cadernos de chamada, enfim, a possibilidade de ser chamado/a pelo nome que deseja é uma forma de trabalhar com a diferença, reconhecê-la, problematizá-la, com o intuito de reduzir as desigualdades e a violência.

A afirmação da heterossexualidade como a identidade normal, a expressão de um único modo de ser homem e mulher na sociedade, a atribuição de inúmeras representações preconceituosas às homossexualidades, às bissexualidades, às travestilidades e às transexualidades, e a ausência de discussões acerca da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar, possibilita que muitos/as estudantes expressem ódio, aversão frente aos sujeitos LGBT, como podemos

“ A ESCOLA É UM ESPAÇO DE APRENDIZAGENS, DE CONHECIMENTOS, DE INTERAÇÕES, MAS, PARA MUITAS PESSOAS, ELA TEM SE TORNADO LOCAL DE RECUSA, DE EXCLUSÃO, DE REJEIÇÃO, DE TRISTEZA ”

perceber na narrativa de M.R. A escola deve estar aberta a esta discussão, garantindo o respeito e a igualdade de direitos e deveres entre todos/as.

Com base na produção de normas, as escolas, com seus arranjos físicos e arquiteturas propícios à vigilância dos gêneros e das sexualidades, têm buscado capturar aqueles/as que escapam da zona de normalização instituída socialmente. Buscam, nesse sentido, corrigi-los/as, ajustá-los/as, a fim de trazê-los/as para essa zona, que é constituída por uma medida comum – como por exemplo, a heterossexualidade e todos/as os/as que correspondem às imposições sociais. Os corpos são vigiados e “punidos”, quando se distanciam das configurações hegemônicas, M.R destaca isso. A escola é local de pedagogias coercitivas, em que os “corpos anormais” são facilmente identificados e reprimidos, tornando-se alvos de controle.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...] O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem diferentes sujeitos (LOURO, 1997, p. 58).

Na escola, lésbicas, gays, travestis e transexuais, de vítimas tornam-se culpados/as pelos transtornos ocorridos neste espaço. Nesse sentido, aqueles/as que deveriam ser “protegidos/as” no espaço escolar passam a ser os/as causadores/as dos problemas ocorridos com eles/as na escola. Esse é um dos aspectos que contribui para a evasão dos mesmos do espaço escolar.

No entanto, embora as escolas exerçam sobre os sujeitos um mecanismo de vigilância, de operação da disciplina, as instituições de ensino constituem-se como espaços de construção de conhecimento e de socialização de experiências, local onde as relações sociais se estreitam; onde ensina-se e se aprende. Esses espaços são também, muitas vezes, espaços de acolhimento, de fabricação dos sujeitos. Por isso, é importante repensá-

los. Nesse sentido, cabe destacar o compromisso, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes, para garantir o bom funcionamento dessa maquinaria – que, embora disciplinar –, é também produtora de aprendizados, construtora de saberes e conhecimentos, os quais produzem efeitos na constituição dos sujeitos que por ela transitam. A escola é um espaço privilegiado para a (des)construção dos binarismos masculino/feminino, normal/anormal, heterossexual/homossexual, saudável/doente, homem/mulher, que (re)produzem e reforçam o preconceito.

A homofobia, por ser compartilhada e por ser não só um fenômeno individual, mas também social, perpassa de um espaço a outro; ou seja, ela articula-se e procede da casa para a comunidade, daí para a escola, e da escola para as demais instâncias educativas que, por ora, constituem os sujeitos. Entretanto, é na escola que muitos sujeitos LGBT são constantemente agredidos/as e de onde eles/as são e, muitas vezes, permanecem afastados/as devido ao preconceito que se articula nesse espaço.

Assim, promover a discussão da temática homofobia no espaço escolar é uma forma de contribuir para o reconhecimento da pluralidade sexual e de gênero, ou seja, como afirma Borrillo (2001), é preciso promover ações pedagógicas contra a homofobia; porém, a “ação pedagógica deverá começar por denunciar o conjunto de códigos culturais e estruturas sociais que transmitem valores que reforçam os prejuízos e a discriminação com respeito aos gays e às lésbicas” (p. 118, tradução nossa).

É imprescindível então pensarmos o currículo escolar a partir de uma “pedagogia da diferença”, isto é, pensar em uma proposta pedagógica que acolha as diferenças existentes e as problematize. Por esse viés, a partir da minha participação no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE e atividades nele desenvolvidas, apresento algumas possibilidades de abordagens das temáticas diversidade sexual e de gênero na escola, a fim de contribuir na minimização do preconceito.

“ É NA ESCOLA QUE OS SUJEITOS CONSTROEM AS PRIMEIRAS REDES DE RELAÇÕES QUE PASSAM A SER FUNDAMENTAIS NOS SEUS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO. ”

POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA

- Apresentar e debater sobre as diferentes configurações familiares, a partir dos livros: Meus dois pais de Walcyr Carrasco; Olívia tem dois papais, de Márcia Leite; O livro da família de Tood Parr; Sexualidade Papo de Criança na Escola? Sim!!!, produzido pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE/FURG, entre outros;
 - Discutir as diferenças existentes entre a homossexualidade feminina a partir do vídeo Cenas da Vida, produzido pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE/FURG;
 - Discutir com adolescentes sobre diferentes assuntos relacionados aos corpos, gêneros e sexualidades, a partir do livro TEENcontrei: onde a gurizada se encontra, produzido pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE/FURG;
 - Problematizar os marcadores sociais atribuídos às identidades sexuais e de gênero, desconstruindo as representações que reproduzem o preconceito;
 - Discutir se há diferenças entre a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina, problematizando-as;
 - Problematizar como gays, lésbicas, travestis e transexuais são representados/as nos meios midiáticos e nas diversas instâncias sociais;
 - Discutir a importância da adoção do nome social nos registros escolares e acadêmicos, bem como a questão do uso do banheiro por travestis e transexuais, a partir do vídeo Encontrando Bianca;
 - Apresentar as leis que amparam cidadãos/as LGBT, problematizando direitos humanos tais como: segurança, saúde, tratamento e atendimento igualitários, mudança de sexo, entre outros;
 - Problematizar o projeto de lei que visa a criminalização da Homofobia (122/2006), bem como o projeto de Lei de Identidade de Gênero (PLC 5.002/2013);
 - Debater sobre o casamento homossexual e adoção;
 - Problematizar a constituição da família homoafetiva;
 - Problematizar a questão da mudança de sexo realizada por transexuais;
 - Problematizar a homofobia na escola: Há discussão sobre a temática homofobia na sua escola? Há casos de homofobia na sua escola? Que atitudes devem ser tomadas?;
 - Discutir o respeito que todos/as devemos ter diante da pluralidade sexual, enfatizando a importância desse não ser confundido com tolerância.
- . Essas são algumas sugestões de trabalho com a diversidade sexual e de gênero. É importante salientar a necessidade de articular a discussão das temáticas diversidade sexual e de gênero aos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, buscando desconstruir algumas “verdades” produzidas sobre as subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que, de alguma forma, contribuem para a produção da desigualdade e da homofobia.

REFERÊNCIAS

- BORRILLO, Daniel. Homofobia. Paris: **Presses Universitaires de France**, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ANDERSON FERRARI E RONEY POLATO DE CASTRO

Anderson Ferrari: Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Roney Polato de Castro:** Professor da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

PENSANDO A **Diversidade Sexual** NAS ESCOLAS

A utilização do verbo “pensar” no gerúndio – “pensando” – é proposital. Da forma que é utilizado no título, ele transmite a ideia de uma ação que está em processo, ao mesmo tempo que nos remete a uma ideia de passado, algo que não começou agora, mas que possui uma trajetória. Ao sermos convidados para escrever este artigo, queríamos associar essas duas ideias. Escrever sobre a diversidade nas escolas não é algo novo para nós. As temáticas que compõem o que chamamos de diversidades sexuais, tais como corpo, gênero, subjetividades, enquadramentos, identidades, fazem parte das nossas trajetórias de investigação. Mas não pesquisamos as diversidades sexuais desprovidas de um contexto. Quando nos propomos a colocar essa questão em discussão, o fazemos a partir do contexto escolar e seus múltiplos desdobramentos, naquilo que se vincula a um entendimento de educação como algo que ocorre no interior das escolas ou mesmo como processos mais abrangentes de constituição dos sujeitos.

Nesse sentido, quase sempre tomamos acontecimentos ocorridos nas escolas como detonadores das discussões, o que nos aproxima dos/as leitores/as na medida em que trazemos situações conhecidas ou reconhecidas por muitos de nós e que nos ajudam a problematizar isso que chamamos escola e educação. Portanto, para este artigo queremos tomar uma peça de teatro e seu contexto de criação como suporte para discussão em torno da presença e problematização das diversidades nas escolas. Uma peça intitulada “Atravessando a ponte”, encenada por adolescentes de 14 a 20 anos de uma escola pública federal. Um texto escrito

pela professora de arte da mesma escola, que conta a vivência de um grupo de adolescentes de uma escola, envolvidos com as deficiências estruturais de uma escola situada em um bairro vizinho, separadas por uma ponte. Podemos dizer que esta é a temática central da peça. No entanto, ela é mais do que isso. Na construção das personagens, a autora deu lugar à diversidade que compõe as escolas, trazendo para cena diferentes perfis e suas questões. Assim, temos uma menina branca que namora um menino negro e enfrenta o seu próprio preconceito, que não permite assumir o namoro. Um casal de adolescentes que descobre uma gravidez. Uma menina que é julgada por todos pelo seu desprendimento sexual e defende que é dona do seu próprio corpo e tem desejos. Um casal de meninas lésbicas. Um menino que se entrega à bebida. Enfim, um conjunto de problemáticas que poderíamos dizer que faz parte das adolescências ou mesmo da vida de muitas pessoas.

A peça por si só já nos possibilitaria um quadro interessante no que diz respeito à discussão da diversidade sexual, que é o foco desse artigo. No entanto, algo aconteceu para além dela. A autora organizou uma semana de apresentação e discussão com os alunos e alunas do Ensino Médio da própria escola, seguida de um debate aberto em que a plateia era convidada a participar junto com os atores e atrizes e com dois/duas professores/as convidados/as. Desta forma, as questões saíam do palco para tomar vida a partir dos relatos dos alunos e alunas. O teatro servia para que dessem um passo atrás e colocassem em análise os seus comportamentos diante da diversidade sexual. Nesse sentido, queremos tomar essa peça e o seu desdobramento para pensar a diversidade sexual na escola.

DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

A instituição escolar, como a conhecemos, nasceu há alguns séculos e desde então vem passando por transformações. Nas últimas décadas, a educação escolar pública passou a ser compreendida como direito de todas e todos e isso vem provocando conflitos, acirrando as tensões, exigindo negociações e discussões sobre como lidar com a diversidade que habita as escolas. Falar da diversidade em uma escola pública federal em que o acesso é definido por sorteio público é evidenciar essa transformação de uma escola que antes não era para todos, mas que agora está mais democratizada no seu acesso. Em um dos momentos do debate sobre a peça, em que a autora informa que o texto começou a ser construído em 1995 e que teve sua primeira encenação em 2001, ela dizia da dificuldade de tratar da homossexualidade naquele momento. Em 2001 as meninas sugeriam que eram lésbicas e estavam numa relação; diferente de agora, em 2014, em que elas não somente dizem abertamente que são namoradas, como reivindicam o direito a esse amor, num discurso que situa o preconceito e a discriminação como coisas atrasadas.

São essas situações que nos fazem colocar em suspeita a constituição da diversidade como algo ligado a essência dos sujeitos. Quando nos referimos à diversidade, pensamos que não se trata de tipos de sujeitos, categorias homogêneas construídas a partir de classificações. A diversidade é uma rede complexa e tensa, constituída de discursos e relações de poder, diz respeito aos modos pelos quais as diferenças são construídas e atribuídas aos sujeitos a partir de relações com as normas (LOURO, 2008). Construções que dizem de momentos históricos e realidades distintas, que variam de cultura para cultura e dentro de uma mesma cultura. Podemos pensar que uma peça como a que discutimos nesse artigo é possível dentro de uma escola pública federal em que a professora é concursada, e os limites de encenações como essas numa escola particular confessional, por exemplo.

“A DIVERSIDADE
É UMA REDE
COMPLEXA E TENSA,
CONSTITUÍDA
DE DISCURSOS E
RELAÇÕES DE PODER”

Como construção discursiva e social, a diversidade sexual faz parte das escolas porque faz parte do nosso dia a dia. Trabalhar com ela nas escolas diz de um entendimento e investimento em um tipo de educação problematizadora, que faça os meninos e meninas colocarem sob suspeita as formas de pensamento e ação.

Então, quando pensamos em diversidade sexual a que nos referimos? É comum que o significado de diversidade seja usado para se referir aos “outros”, aos “diferentes”, às ditas minorias sociais. Porém, consideramos importante pensar que essa concepção é reducionista e invisibiliza os processos de produção

das diferenças e as relações de poder que as instituem. Ao nos referirmos à diversidade sexual pensamos em uma multiplicidade de modos de viver prazeres, desejos, relações, a partir de experiências construídas pelos sujeitos. Falar de diversidade sexual não é limitar-se, portanto, a falar de gays, lésbicas, bissexuais, mas incluir também na discussão os modos pelos quais são construídas

as heterossexualidades. Um dos momentos centrais da peça diz da descoberta da gravidez na adolescência, que dá origem ao debate entre os amigos e amigas a respeito das diferentes formas de entender e lidar com desejo, amor e sexo. De um lado temos o discurso da personagem que namora um rapaz negro que diz que só irá se “entregar” no momento que encontrar um grande amor ou o “verdadeiro” amor; do outro, temos a personagem Dativosa que transa, no segundo encontro, com um menino que tem namorada e é recriminada por isso e se defende: “eu também tenho desejo. Não é só vocês meninos que têm direito ao desejo. O corpo é meu”.

Muito embora não haja uma centralidade nas personagens lésbicas, a temática da homossexualidade adquire força no debate com o público. Tomar a heterossexualidade como “natural”, e que, portanto, não cabe discussão, é algo que ocorre também em outras escolas em que somos chamados a falar sobre

diversidade sexual. São as homossexualidades que parecem ser o “problema”, e muitas vezes assumidas dessa forma, encaminhadas como a busca para uma solução. Assim, são recorrentes perguntas como “qual a origem da homossexualidade?”, ou “por que uma pessoa é homossexual?”. Porém, quantas pessoas já se perguntaram sobre a origem da heterossexualidade e por que uma pessoa se torna heterossexual?

Pensar a diversidade sexual implica dizer que vivemos relações sociais pautadas na heteronormatividade, ou seja, no pressuposto natural de que a heterossexualidade seria a única forma legítima de exercício da sexualidade e que todas as pessoas devem ser educadas para tornarem-se heterossexuais (MISKOLCI, 2012). A heterossexualidade, portanto, seria a norma a partir da qual são construídas as diferenças, ou seja, a partir dela delimitam-se os “outros”, os “diferentes”. Nesse jogo instala-se uma dicotomia que polariza uma relação de poder heterossexual x homossexual, processo que invisibiliza outras possibilidades de experienciar os desejos e prazeres e que homogeneiza as experiências. Nesse sentido, destacamos a impossibilidade de nos referirmos a essas categorias no singular, ou seja, é necessário pensar nas sexualidades sempre no plural. Não existe um homossexual ou um heterossexual “típicos”, mas uma multiplicidade que nos desafia a lidar com as sexualidades também de modo plural.

A heteronormatividade implica uma relação normativa entre gênero e sexualidade e uma vigilância constante das fronteiras entre os gêneros. Ou seja, ser homem e ser mulher parece ser sinônimo de ser heterossexual. Se um menino tem atitudes que o aproximem da fronteira com o feminino ele se torna “diferente”;

portanto, está passível de sofrer as punições reservadas a quem difere da

n o r m a .

Num

dos momentos mais emocionantes do debate em torno das homossexualidades, a partir da peça, uma adolescente negra pediu a palavra para relatar uma situação vivenciada, segundo ela, por uma amiga que se descobriu lésbica. E ela dizia da dificuldade dela em lidar com o afastamento dos amigos e amigas, dos familiares. As vivências das sexualidades nas escolas estão marcadas por regimes de disciplinamento, vigilância e punição dos corpos, como estes que dizem do afastamento dos amigos e amigas quando são informados ou “descobrem” que alguém próximo se diz homossexual. A homossexualidade acaba se situando num processo de absolutização da identidade em que aquele/a que se “revela” ou é descoberto/a, deixa de ser o bom amigo/a, o bom filho/a, o bom aluno/a para se transformar “no/na” homossexual. As outras identidades são “abafadas” pela absolutização da identidade homossexual. Esse processo objetiva conter, disciplinar, controlar as expressões das sexualidades a partir da normatização das condutas no interior do espaço escolar. Em geral, os beijos, os abraços mais acalorados, andar de mãos dadas são atitudes pouco desejáveis e frequentemente condenadas. Quando essas atitudes se dão entre dois meninos ou entre duas meninas a situação é vista com espanto, temor de que outras/os estudantes sintam-se interessadas/os por um tipo de sexualidade ilegítima, anormal.

Apesar de termos conhecimento de que as práticas de “educação sexual” estão presentes nas escolas, pelo menos, desde o início do século XX, assumindo distintos “formatos” (aulas, palestras, orientações individuais, grupos de conversa, projetos, etc.), a diversidade sexual parece não ser tema de discussão, a não ser como comportamento a ser evitado, pecaminoso, errado. Não é por acaso que iniciativas como essas da escrita e encenação dessa peça nos chama atenção e diz dessa dificuldade. A autora narra que duas outras atrizes haviam se interessado pelas personagens lésbicas e que desistiram por receio das atitudes dos/

as demais estudantes quando souberam que a peça seria encenada na escola. Quando existem práticas pedagógicas que dizem realizar “educação sexual”, em geral, são voltadas para o conhecimento da anatomia e fisiologia dos “sistemas reprodutores” e para informações acerca da prevenção de uma gravidez “precoce” e de doenças transmitidas pela via sexual. Importante esclarecer que não consideramos essas práticas como inválidas, portanto, não advogamos pela sua extinção ou proibição. Assumir uma prática pouco convencional de trabalhar as diversidades sexuais nas escolas como uma peça de teatro, de adolescentes para adolescentes, é uma forma de reforçar nosso argumento para que essas práticas relacionadas às disciplinas como Ciências e Biologia sejam repensadas a partir da problematização de seu caráter heteronormativo e biologicista, investindo nas sexualidades como construções sociais, culturais, históricas e discursivas. A ênfase na reprodução humana, em geral presente nas aulas de Ciências e Biologia ou nas palestras de profissionais da saúde, reforça a ideia de que somente deve haver exercício da sexualidade entre casais heterossexuais, em geral monogâmicos e adultos. A ênfase nas explicações biológicas promove uma naturalização de questões que são de ordem sociocultural, ou seja, aprendidas pelos sujeitos a partir da relação com os regimes de verdade que compõem o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1999).

Quando falamos em diversidade sexual na escola há que considerar que nem sempre as experiências construídas nas relações pedagógicas escolares são positivas, ou seja, a escola pode se constituir em espaço onde os sujeitos experienciam situações de sofrimento. Assim, a homofobia pode ser pensada como materialização de preconceitos por meio de um conjunto de ações individuais, grupais ou institucionais de discriminação contra os sujeitos classificados como homossexuais, ou mesmo sujeitos

que sejam colocados fora das fronteiras dos gêneros. Isso quer dizer que além das/os estudantes e docentes autoidentificados como gays e lésbicas, qualquer pessoa pode sofrer homofobia na escola, desde que suas atitudes causem suspeitas quanto à sexualidade. A homofobia manifesta-se, assim, nas piadas, insultos e xingamentos, nas violências físicas, psicológicas e morais sofridas pelos sujeitos em função da suspeita de que não sejam heterossexuais.

As homossexualidades estão presentes nas escolas, seja como tema, que emerge nas conversas e nas discussões em sala de aula, ou como fato, quando há sujeitos classificados ou autoidentificados como homossexuais (FERRARI, 2000). Nesse sentido, as escolas podem se constituir como espaço de questionamento dos preconceitos e das práticas discriminatórias, tendo em vista seu caráter de problematização da realidade. Cada vez mais as escolas vêm sendo acionadas nesse sentido, seja pelas/

“ AO NOS REFERIRMOS À DIVERSIDADE SEXUAL PENSAMOS EM UMA MULTIPLICIDADE DE MODOS DE VIVER PRAZERES, DESEJOS, RELAÇÕES, A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS PELOS SUJEITOS. ”

os próprias/os estudantes, que pedem auxílio em suas dúvidas, angústias e nos casos de violência, seja pelas demandas de uma discussão mais ampla. As universidades e os movimentos sociais vêm fomentando a ideia de que as escolas podem se constituir em um espaço de enfrentamento à homofobia, ao machismo, ao racismo e de promoção de uma educação para novas relações sociais.

Tendo apresentado nossos argumentos para pensar a diversidade sexual nas escolas, apostamos que eles sirvam para provocar outros modos de pensar essa relação. Assim como no caso da peça “Atravessando a ponte”, que possamos nos abrir aos outros, nos tornar sensíveis aos sofrimentos experienciados e passar a encarar os preconceitos como algo intolerável, nas escolas e nas relações sociais de modo mais amplo. Ao invés de construir barreiras, que possamos construir pontes e transitar a partir delas, assumindo as sexualidades menos como enquadramentos e mais como práticas de liberdade.

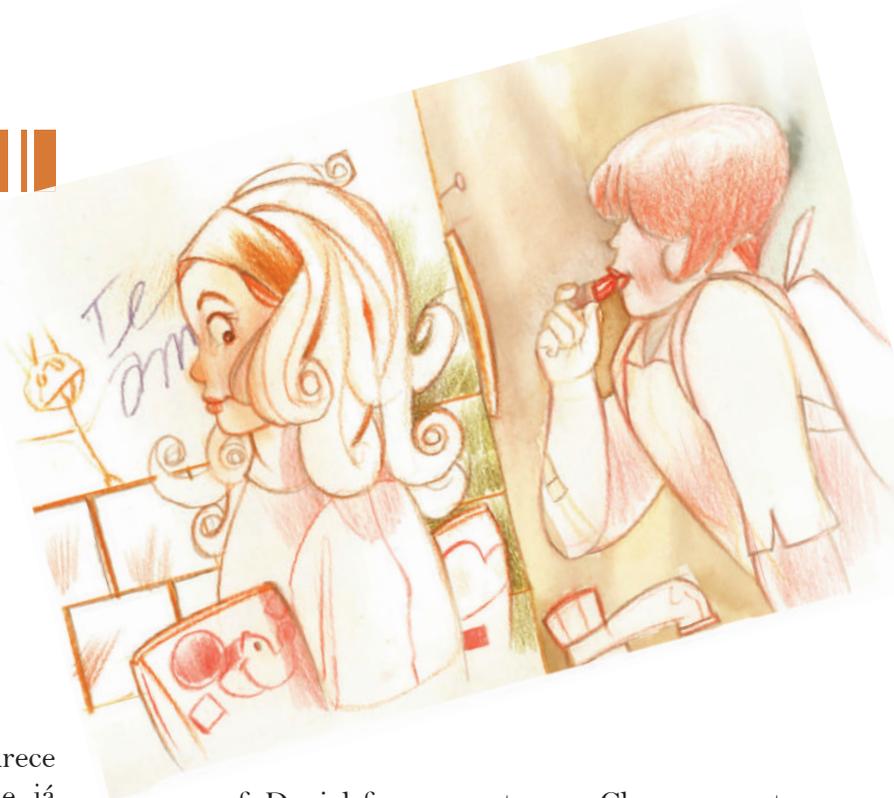
Referências

- FERRARI, Anderson. **O professor frente ao homoerotismo masculino no contexto escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LOURO, Guacira L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pró-posições, Campinas, v. 9, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP, 2012.

HISTÓRIA DE MARIA

JULIANA LAPA RIZZA

Doutoranda do PPG Educação Ambiental



Oi, galera!!

Nossa, o tempo passou rápido, não? Parece que foi ontem que as aulas começaram, e hoje já estamos voltando das férias de julho. Antes das férias aconteceram tantas coisas lá na escola que, quando sentei para escrever para vocês algumas das minhas histórias, não sabia nem por onde começar. Teve gente nova chegando na nossa turma, e também teve um colega, o Lucas, que foi embora da escola para morar em outra cidade, porque a mãe dele foi transferida de emprego.

Já a aluna nova que chegou foi a Luanna. Vocês lembram da história da Luanna? Aquela aluna que no 4º ano era Thiago, e esse ano chegou com a mãe na escola vestido de mulher e dizendo que queria ser chamada de Luanna. Lembram que contei essa história pra vocês?

Bem, as aulas lá na escola têm sido muito interessantes. O prof. Daniel tem discutido com a turma muitos assuntos, mas além dos conteúdos que temos que aprender, com a chegada da Luanna, ele tem feito um trabalho sobre as questões de corpos, gêneros e sexualidades, que ele chama de educação para a sexualidade.

Assim que a Luanna chegou na sala, foi um pouco estranho, estávamos acostumados/as a chamá-lo de Thiago. Às vezes tínhamos que pensar: “não é Thiago, é Luanna”. Aos poucos fomos nos acostumando com aquela nova aluna, e as discussões que o prof. Daniel trazia para a aula foram nos ajudando a conhecer a Luanna e a respeitar o seu jeito de ser menina.

Chamar o Thiago de Luanna foi a primeira discussão

que o prof. Daniel fez com a turma. Claro que antes de conversar conosco, primeiro o prof. participou de uma reunião que o diretor Paulo fez com todos/as professores/as para pensarem como poderiam acolher a Luanna e como iriam ficar os documentos da escola. A chamada, por exemplo, como o prof. Daniel iria fazer? E nas provas, ela iria assinar Luanna ou Thiago? E a escola, como pode lidar com essa situação? Tem um documento que explique isso para as escolas?

Depois dessa reunião, o prof. conversou com a turma e explicou que o Ministério da Educação, que pensa, organiza e produz algumas coisas para serem utilizadas nas escolas, já havia construído o que eles chamam de normativa legal, para chamar a Luanna dessa forma. Além disso, ele explicou também que no nosso estado do Rio Grande do Sul, existem outros aspectos legais que ajudam a escola a lidar com essas questões.

Quando os/as professores/as da escola se reuniram para conversar sobre o caso da Luanna, conheceram esses documentos e também descobriram que a universidade da nossa cidade, a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, já tem permitido que as pessoas que não se identificam com o seu gênero sejam chamadas pelo nome que escolheram. Eu pedi para o prof. Daniel essas questões legais para colocar nas minhas histórias, para que vocês pudessem conhecer como o nosso estado tem tratado dessas discussões e como a minha escola fez para que a Luanna utilizasse o nome social.

NOME SOCIAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC

Portaria No 1.612, de 18
de novembro de 2011.

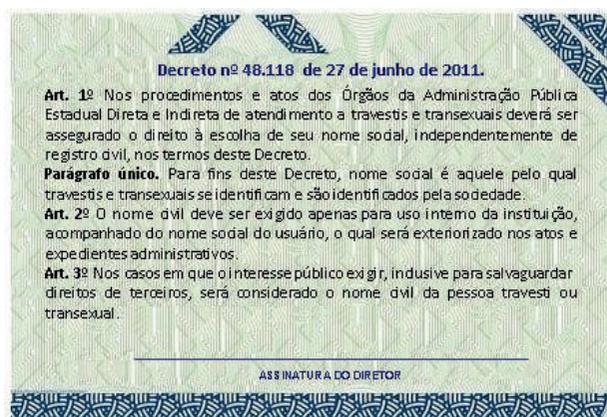
Conselho Estadual de Educação/
RS: Parecer nº 739/2009 -
Processo CEED nº 232/27.00/09.0

O Conselho Estadual de Educação, embora carecendo de competência normativa para a matéria, aconselha o Sistema Estadual de Ensino a adotar as medidas solicitadas nas rotinas não oficiais da instituição de ensino como, por exemplo, identificar o estudante diante dos demais alunos pelo nome social que tiver adotado. A medida ora aconselhada certamente facilitará a inclusão dos estudantes pertencentes aos grupos em tela no ambiente escolar, contribuirá para a progressiva superação de sentimentos sociais homofóbicos, auxiliará a compreensão do conceito de diversidade e estimulará o exercício da tolerância e o desejado respeito aos diferentes.

NOME SOCIAL - GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decreto Nº 49.122, de 17 de maio de 2012
(Publicado no DOE Nº 096, de 18 de maio de 2012).

Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul.



NOME SOCIAL - FURG

Instrução Normativa Nº 03/2012: Dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito da FURG.

Art. 1º: Fica assegurado aos servidores ativos e aposentados e às pessoas contratadas através da Pró Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEP) o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.

Inclusive nos diplomas.

Então, chamar a Luanna pelo nome social que ela escolheu foi algo resolvido aqui na escola de forma até que tranquila, afinal, já tinham vários documentos que vinham falando da importância de adotar o nome que a pessoa escolheu, e que corresponde à identidade de gênero com a qual ela se identifica. O diretor Paulo e os/as professores/as conversaram e colocaram na chamada o nome Luanna, e foi a forma como ela passou a ser reconhecida.

A situação da chegada da Luanna na escola se complicou logo na primeira semana de aula - e não foi com a forma como ela gostaria de ser chamada que gerou problemas -, mas com relação ao uso do banheiro.

As aulas começaram em uma segunda-feira e, na quinta-feira, tínhamos Educação Física. Jogamos caçador, foi bem divertido, mas estava muito calor e bebemos muita água, e antes de voltarmos para a sala de aula, fomos no banheiro fazer xixi e a Luanna veio junto. Nessa hora a Laura e a Júlia me olharam como que querendo dizer “o que esse menino vai fazer no banheiro das meninas?”, mas a Isa não se aguentou e

disse pra Luanna que esse era o banheiro das meninas, e que ela tinha tico e deveria ir ao banheiro dos meninos.

Quando a Isa falou isso, alunos/as de outras turmas que também estavam no pátio, vieram para a volta da Luanna e começaram a rir, debochar e chamá-la de várias coisas. Eles/as gritavam: “bichinha”, “viadinho”; “está entrando no banheiro das meninas para espia-las de calcinha” e muitas outras coisas que não vou repetir aqui para vocês, porque foram horríveis. A Luanna saiu chorando e com muita vergonha do que tinha acontecido.

Um dos colegas da minha turma, o Matheus, disse que no banheiro dos meninos ela não podia ir também, por que como uma menina iria entrar no banheiro dos meninos? O Theo disse que era para deixa-lo entrar, que eles iriam dar uma surra nele para aprender a ser homem de verdade. Quando lembro desse dia fico muito triste, porque ninguém pensou nas coisas horríveis que disseram para a Luanna, e o quanto ela ficaria triste com aquela violência que havia sofrido. Além disso, parecia que tinham esquecido do que o



prof. Daniel tinha discutido nas aulas.

Eu conversei com a Laura, a Júlia e a Isa, minhas melhores amigas da escola, sobre o que havia acontecido, e chegamos à conclusão que não tinha solução mesmo. E foi assim que começou o problema: Que banheiro a Luanna iria usar? Afinal, ela é um menino, porque tem tico, ou é uma menina, porque se veste como uma menina? E como a escola poderia resolver isso?

O prof. Daniel acalmou a Luanna e conversou com ela, explicando que a escola não havia pensado sobre isso – afinal, alunas como ela estavam chegando às escolas há pouco tempo, e só pensamos em como agir em algumas situações quando elas aparecem na nossa frente. Ele disse a ela que iria conversar com a direção para encontrar uma alternativa para o uso do banheiro, e que, enquanto isso, ela poderia utilizar o banheiro dos/as professores/as. Naquele dia a Luanna ficou muito triste e nervosa, tanto que a mãe dela veio e levou-a para casa.

Quando voltamos para a sala, o prof. Daniel conversou com a turma sobre o que havia acontecido e perguntou se tínhamos alguma ideia de como poderíamos resolver essa situação. O Matheus disse que no banheiro dos meninos ela não podia ir, porque não era um menino, mas a Isa logo levantou e disse:

- Como que ela não é menino se tem tico?

- Eu já disse, deixa ele ir no banheiro dos meninos, porque convivendo com a gente ele pode aprender a agir como um homem - retrucou o Theo.

Estava armada a confusão, era um falando de um lado, outro/a falando de outro. Uns/umas concordavam com o Theo, outros/as concordavam com a Isa, outros/as não sabiam o que pensar e outros/as ainda, como eu, achavam que era preciso encontrar uma solução, mas não conseguíamos pensar em nada.

Foi quando a Luísa disse:

- Pessoal, se a Luanna fosse na minha casa fazer um trabalho da escola, ela iria usar o mesmo banheiro que eu, meu tio Vitor e minha dinda Larissa usam. Na minha casa não tem um banheiro que só os meninos usam e outro que só as meninas usam. Não dá para fazer isso na escola?

Conforme a Luísa foi dando a sua ideia, mais a turma ficava em silêncio. O prof. Daniel fez uma cara de espanto - até hoje não sei se pela ideia da Luísa ou pela surpresa da sacada que ela teve para resolver o

tal do problema para que a Luanna pudesse usar o banheiro.

Bem, o prof. levou essa ideia para a reunião de professores/as, e a escola está amadurecendo a ideia do banheiro unissex, como também foi um processo para utilizar na chamada o nome social da Luanna. Além do diretor Paulo e dos outros/as professores/as estudarem muito e buscarem acolher a Luanna da melhor forma na escola, o prof. Daniel nos contou que um Grupo de Pesquisa da FURG, o GESE (Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola) tem ajudado a equipe da nossa escola a pensar e lidar com essas questões que tem aparecido nas escolas, para que outras pessoas, como a Luanna, não desistam de estudar. E com relação às situações como essas que estão acontecendo lá na escola, o GESE tem apresentado algumas sugestões para acolher e integrar os/as travestis e transexuais que tem chegado a escola, para que sintam-se pertencentes a esse espaço que atua, ou deveria atuar, a partir do viés da diversidade humana.

SUGESTÕES DO GESE

- Menores de idade: reunião com responsáveis propondo a assinatura de um termo ou ata na escola autorizando a utilização do nome social.
- Nas escolas que ainda não adotaram a normativa do MEC: nome social vir entre parênteses na chamada.
- Reunião com todo corpo docente para estabelecer o uso do nome social na escola.
- Banheiros: sugestão de banheiros unissex.

Então pessoal, essa foi mais uma das tantas histórias que tenho vivido e que adoro escrever para compartilhar com vocês. De tudo o que contei para vocês, já estamos chamando a Luanna pelo seu nome social e os/as professores/as também estão respeitando-a, fazendo a chamada pelo nome que escolheu. Já com relação aos banheiros unissex, ainda estão tendo reuniões de professores/as, de pais e cuidadores/as para podermos usar um banheiro igual ao da nossa casa. Tenho certeza que nas próximas histórias vou ter novidades sobre o banheiro e também sobre outras tantas que ainda vou viver até o final do ano! Até o nosso próximo encontro, com mais histórias de Maria, com mais histórias da minha vida! Um grande abraço!

ELIANE ROSE MAIO E ISAIAS B. DE OLIVEIRA JÚNIOR

O COTIDIANO ESCOLAR E SUAS PRÁTICAS HETERONORMATIZADORAS

Eliane Rose Maio Doutora em Educação Escolar - UNESP/Araraquara e Professora da Universidade Estadual de Maringá, no Departamento de Teoria e Prática da Educação. **Isaias B. de Oliveira Júnior** Doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista

Estudos realizados sobre a homofobia nas escolas brasileiras, pela ONG Reprolatina (2011), mostram que o ambiente escolar é altamente homofóbico e necessita, sim, de políticas públicas de combate a essas formas de preconceito. Essa pesquisa realizada em 11 capitais brasileiras, ouviu 1,4 mil pessoas envolvidas com o processo educacional, identificando que, na maioria das vezes, a hostilidade contra alunos/as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigênero, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Questionadores/as, Aliados/as, Assexuados – LGBTQIA, surge nas mais distintas formas, as mais imperceptíveis se sucedem em forma de piadas ou brincadeiras potencialmente ofensivas, mas que nem sempre são identificadas pelos envolvidos no processo educacional como LGBTQIAfobia.

Estudo organizado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em 500 escolas públicas brasileiras, apontam que ao serem entrevistados/as os/as alunos/as concordaram com as seguintes afirmações: “Eu não aceito homossexualidade” – 26,6%; “Pessoas homossexuais não são confiáveis” – 25,2%; “A homossexualidade é uma doença” – 23,2% e “Os alunos homossexuais não são normais” – 21,1% (GUINOZA, 2011, p.81).

Além disso, os próprios docentes

[...] reconhecem que não aplicam muitas das recomendações estabelecidas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados para atuar na área das diversidades sexuais e da homofobia e também porque temem que as famílias se oponham a que esses temas sejam tratados nas escolas. Também os educadores, que sabem que esses temas deveriam ser tratados como temas transversais, pela falta de tempo e por não se sentirem preparados, preferem ignorar o tema e só falar dele quando os estudantes fazem perguntas específicas sobre o tema. Um tema recorrente nas entrevistas com autoridades das escolas e educadores é que os educadores estão sobrecarregados, com falta de preparo e sem motivação para trabalhar os temas transversais (REPROLATINA, 2011, p.65).

Bello e Luzzi (2009, p.4694) afirmam que os debates sobre a diversidade sexual, quando ocorrem no espaço escolar, são “realizados muitas vezes a boca pequena, recheados de moralismos, de posições religiosas, feitos em tom de fofoca que ao não enfrentar a reflexão e necessidade de conhecimento sobre a temática, acabam por referendar a discriminação e a exclusão de inúmeros estudantes do espaço escolar”.

Essas constatações nos fazem considerar a escola brasileira como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no interior e em torno do qual

existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens LGBTQIA, por meio das mais diversas formas de manifestações, principalmente no que diz respeito à vida cotidiana escolar e às pedagogias mobilizadas pela escola que raramente divulga os casos de agressão física ou verbal, evasão ou abandono escolar, associados a estudantes homossexuais. No entanto, a LGBTQIAfobia incide fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social de milhões de jovens LGBTQIA (UNESCO, 2004).

Além desses fatores, Rocha Filho (2010) atribui ao currículo escolar a função de um dos elementos mais importantes que tem contribuído de forma decisiva para a defasagem da educação escolar, por funcionar como instrumento de poder e de discriminação, por não levar em consideração as diferenças existentes na sociedade, homogeneizando os/as alunos/as sem respeitar a diversidade.

Para Bello e Luzzi (2009, p.4695) quando a escola enfatiza no seu currículo ou na sua conduta de forma real ou oculta da heteronormatividade como a “única possibilidade de orientação sexual, acaba por incentivar práticas homofóbicas dentro do processo educacional”, afastando do seu interior aqueles que sofrem as práticas excludentes. Dessa maneira,

[...] as consequências da homofobia são muito prejudiciais para adolescentes LGBT e inclui tristeza, baixa autoestima, isolamento, violência, abandono escolar e até o suicídio. Especialmente travestis e transexuais não podem continuar na escola por ser a escola um ambiente hostil para eles/as. Também neste ponto há necessidade de investigar melhor a situação de travestis e transexuais nas escolas e os motivos do abandono escolar (REPROLATINA, 2011, p.65).

Se o processo inverso também ocorresse, se houvesse reconhecimento e aceitação da diversidade sexual, é provável que o indivíduo ou grupos de indivíduos LGBTQIA, passem a ter orgulho do que são e a não sentirem-se inferiores porque não correspondem a uma matriz heteronormativa, favorecendo, assim, a permanência e o sucesso escolar.

(RE)PENSANDO CAMINHOS

A inclusão da diversidade sexual no âmbito escolar deve ser vista como um direito e não como uma concessão. Essa prerrogativa nos aponta para a necessidade de implementação de políticas educacionais com vistas à igualdade, equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e combate a heteronormatividade, pois conforme Rego (1995) em uma sociedade letrada e complexa como a nossa, em que a escolarização desempenha um papel tão fundamental na constituição do indivíduo, o fracasso e o abandono escolar por parte desses/as alunos/as, constituem-se, nessa perspectiva, fatores de extrema gravidade, pelo impedimento de apropriação de saberes necessários para atuação e transformação de seu meio social.

Para que haja uma inclusão efetiva dos sujeitos LGBTQIA, é necessário que professores/as, adquiram o hábito da leitura e aprofundamento dos conhecimentos acerca da diversidade sexual, que lhes permitam uma discussão crítica se realmente pretendem transformações na prática social dos seus alunos/as e principalmente em sua própria atuação profissional, para que tenhamos uma sociedade mais justa e menos desigual.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

BELLO, Melissa Colbert. LUZZI, Jacqueline. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Anais...IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC/PR, out. 2009.

GUINOZA, Marcos. **Cartilha da Discórdia**. Revista Brasileiros. São Paulo, n. 47, pp.80-81, jun. 2011.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REPROLATINA. **Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva**. Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras. São Paulo: 2011.

ROCHA FILHO, João Silva. **O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica**. Fazendo Gênero. Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. p.1-9, ago. 2010.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

JOANALIRA CORPES MAGALHÃES E PAULA REGINA COSTA RIBEIRO

Joanalira Corpes Magalhães: Professora do Instituto de Educação, da Universidade Federal de Rio Grande - FURG e Doutora em Educação em Ciências / **Paula Regina Costa Ribeiro:** Professora do Instituto de Educação (Furg) e Doutora em Ciências Biológicas

(RE) PENSANDO AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS EPISÓDIOS DE PEPPA PIG



Uma porquinha cor-de-rosa com sua família e amigos/as, hoje, invade muitas casas e o imaginário de muitas crianças. Suas histórias (re)contam alguns aspectos do cotidiano de meninos e meninas e nesse processo (re)produzem e ensinam modos de ser, estar e se relacionar com o outro. Assim, nossa provocação nesse texto é pensarmos juntos/as se estamos entendendo o quanto um desenho animado como esse constitui-se como um espaço educativo. Entende-lo como um artefato cultural nos possibilita problematizar as representações sociais reproduzidas nele, buscando mostrá-lo como uma invenção, bem como evidenciar os processos pelos quais se torna “naturalizado”.

Esse artefato contém pedagogias culturais que nos ensinam modos de ser e estar no mundo, construindo e reproduzindo significados sociais. O termo pedagogia cultural refere-se à ideia de que são muitos os espaços, além da escola, que nos educam, que veiculam conhecimentos e significados. No caso

do desenho “Peppa Pig” vamos aprendendo como meninos e meninas se relacionam, o que cada um pode ou não pode fazer, os espaços de acesso e sobre as configurações familiares. São a esses aspectos que vamos nos deter nesse texto, que objetiva investigar como uma animação como Peppa Pig ensina modos de definir e representar os gêneros.

“Peppa Pig” é uma animação britânica criada por Neville Astley e Mark Baker e conta a história de Peppa Pig, uma porquinha cor-de-rosa que vive com seu irmão George Pig e seus pais, Papai Pig e Mamãe Pig. Peppa tem amigos e amigas que também apresentam constituições familiares com as figuras da mãe, do pai e irmã(s) ou irmão(s), bem como os avós. Tais famílias são representadas por diferentes espécies animais, tais como: coelhos, cachorros, elefantes, zebras, gatos, entre outras.

Podemos observar o quanto a representação de uma família nuclear e “padrão” ainda é reproduzida





nesse artefato. A constituição de pai, mãe e irmão/irmã torna-se naturalizada e não demonstra a diversidade de configurações que na contemporaneidade temos em nossas escolas.

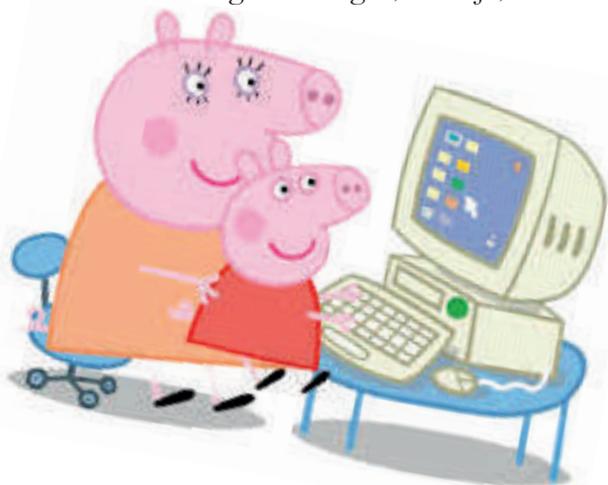
Em alguns episódios, certos significados acerca dos gêneros parecem ser colocados em suspeita, ou seja, tais episódios procuram mostrar homens e mulheres, meninos e meninas, vivenciando situações, comportamentos e atividades do outro gênero. Isso se exemplifica no fato de que na maioria dos episódios a Mamãe Pig dirige e o Papai Pig tem dificuldades para interpretar e se orientar com mapas, ou quando a mãe de Peppa trabalha em casa no escritório, enquanto o Papai cozinha e realiza outros afazeres domésticos – mas ele é sempre chamado para consertar o computador quando estraga.

Em outro episódio, Peppa vai à aula de balé e lá encontra suas amigas e amigos, ou seja, os meninos



também faziam aulas de balé. Peppa, ao chegar em casa após a aula, conversa com o Papai Pig e ele também demonstra que conhece e dança determinados passos de balé. Contudo, esse é um dos poucos episódios que rompe com as representações de gênero; a maioria deles mostra meninos e meninas interagindo com brinquedos e brincadeiras construídas socialmente para cada gênero, bem como meninas e meninos demarcando em falas e gestos os que cada gênero pode ou não pode fazer.

Elencar e discutir alguns aspectos expostos nesse texto sobre a animação “Peppa Pig” nos possibilitou perceber o quanto analisar esses artefatos culturais se mostra relevante para a discussão das masculinidades e feminilidades na infância. Entendendo essa animação como um artefato cultural, no qual atuam pedagogias culturais envolvidas no processo de construção das identidades dos sujeitos, buscamos problematizar o quanto vamos aprendendo, desde a mais tenra idade, os gêneros, as configurações familiares e os sujeitos.



FILMES

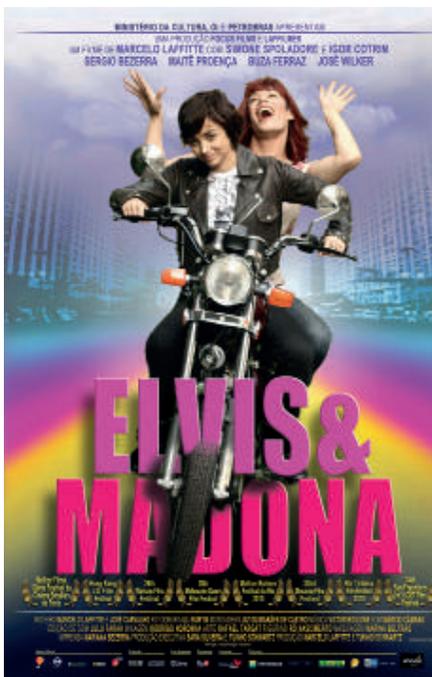


ALBERT NOBBS

Sinopse:

“Albert Nobbs” é um drama que se passa na Irlanda no final do século XIX e que mostra as situações pelas quais passavam muitas mulheres da época que se faziam passar por homens. Albert (Glenn Close) trabalha como garçom em um hotel para ricos decadentes, é uma pessoa muito discreta e reservada, o que o ajuda a guardar um segredo que já dura mais de 30 anos. Porém, esse segredo é ameaçado com a chegada de Hubert Page (Janet Mc Teer), que veio trabalhar como pintor no hotel e acabou indo parar no mesmo quarto que Albert. Porém, o Sr. Page também guarda um segredo, o mesmo segredo que Albert. Ao se descobrirem como mulheres escondidas sob a capa de homens, as duas ficam amigas e o desenrolar dessa história é emocionante, com momentos de desespero e esperança de uma vida melhor.

**Keli Rodrigues Velasques - Acadêmica do curso de Pedagogia
Universidade Federal do Rio Grande - FURG**



ELVIS E MADONA

Sinopse:

O cenário desse encontro é o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Elvis é uma fotógrafa que, para pagar suas contas, resolve fazer um bico entregando pizzas.

Em sua primeira noite de trabalho conhece Madona, uma travesti que havia sido roubada por seu amante. Madona trabalha como cabeleireira, mas sonha em ter seu próprio show. Elas se apaixonam e, quando vão morar juntas, Elvis descobre que está grávida de Madona. Juntas decidem ter o bebê, enfrentando os preconceitos e adversidades que surgem no caminho desse casal inesperado.

O filme Elvis e Madona apresenta uma história de amor que supera as questões da orientação sexual das personagens e traz um olhar mais sensível sobre a realidade dos sujeitos que vivenciam o preconceito para viver intensamente suas sexualidades e afetos.

**Danieli de Lemos Pinheiro - Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura Bolsista
de Iniciação Científica - PIBIC/ CNPq - Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola - GESE
Universidade Federal do Rio Grande - FURG**



QUEDA LIVRE - FREIER FALL

Sinopse:

Filme alemão de 2013, que aborda a temática da homossexualidade e suas interpelações sociais e culturais. A história gira em torno da vida de dois policiais que trabalham juntos, Marc Borgmann e Kay Engel, e que, com a convivência, acabam tendo uma relação muito intensa e íntima, fazendo com que os dois se envolvam em um relacionamento. Marc precisa fazer uma escolha entre o homem com quem vivencia uma experiência nova e a sua mulher que está grávida. Precisa, ainda, enfrentar o preconceito da família e dos colegas de trabalho quando descobrem o caso.

É um filme íntimo e profundo, que remete a uma situação bastante recorrente na sociedade e vivenciada por muitos homens que não assumem a sua sexualidade, por medo ou insegurança da repressão.

Fernanda Fátima Coffferri - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências Universidade Federal do Rio Grande - FURG



TIRÉSIA

Sinopse:

Segundo a mitologia grega, Tirésia significa ser ao mesmo tempo mulher e homem - daí a origem do nome. Do gênero drama, Tirésia vem contar a história de uma transexual que tomava hormônios para manter seu corpo em forma de mulher, e que vivia com seu irmão em Paris, se prostituindo.

Um dia, Tirésia conhece um homem, Terra Nova, que se encanta com sua beleza; não podendo tê-la, decide raptá-la e trancafiá-la em um quarto. Com o passar do tempo, sem poder tomar sua doses regulares de hormônio, seu corpo vai voltando a ter a forma de homem. Terra Nova, que antes adorava vê-la, se decepciona, e em um momento de raiva o cega. Depois de cegá-lo, o abandona na floresta onde é resgatado por Ana, uma jovem que o leva para a Igreja, onde se recupera em sua forma masculina.

Thaís Daltoé - Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura - Bolsista PROEXT - Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola - GESE - Universidade Federal do Rio Grande - FURG



DO COMEÇO AO FIM

Carol Amaral Amaral

Sinopse:

Francisco e Thomás são filhos de Julieta, e cada um dos meninos é fruto de um relacionamento diferente da mãe. Os dois moram com ela, e, com o passar do tempo, constroem uma relação que vai além do fraternal.

Após a morte de Julieta, Thomás e Francisco começam a quebrar as barreiras que a sociedade impõem, e passam a viver intensamente o amor que sentem um pelo outro. O casal recebe o apoio de Alexandre, pai de Thomás.

Apesar de sua temática um tanto impactante a alguns olhares, o longa-metragem aborda de maneira muito romântica o relacionamento entre irmãos. O filme não polemiza temáticas, preferindo por narrar uma história de amor desde seu princípio. O longa mostra que toda a forma de amor merece ser vivida.

Caroline Amaral Amaral - Acadêmica do Curso de Letras Português - Bolsista de Iniciação Científica CNPq - Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola - GESE Universidade Federal do Rio Grande - FURG

RESENHAS



TUDO BEM SER DIFERENTE

O livro “Tudo bem ser diferente” de Todd Parr, traz uma abordagem diferenciada para ser trabalhada com alunos de todas as idades e anos escolares, e encanta os olhos de quem vê, principalmente das crianças, por suas cores e desenhos simples, que parecem ter sido desenhados e coloridos por crianças. Com frases curtas e diretas, o livro trabalha as diferenças de cada um, trazendo à tona discussões importantes a serem realizadas em nosso convívio que, muitas vezes, deixam os adultos sem

saber o que fazer: assuntos como a diferença de cor, as deficiências físicas, a adoção, ter uma família diferente, a separação dos pais, entre outros. Percebemos que, de maneira simples e divertida, podemos questionar assuntos muitas vezes polêmicos no dia a dia das crianças e adultos, além de mostrar as eles que não há problema em ser diferente, em ser mais baixo, ou ser alto, em ter sonhos e desejos mirabolantes, em ter um amigo invisível que estará sempre ao seu lado, fazendo as maiores loucuras. Não há problema em ter amigos diferentes, precisar de ajuda ou ajudar alguém por perto que está necessitando. Pelo contrário, o livro nos mostra que tudo bem ser diferente, que somos especiais apenas pelo nosso jeito de ser.

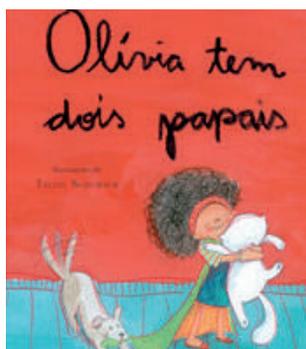
Thaís Daltoé - Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura - Bolsista PROEXT - Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola - GESE - Universidade Federal do Rio Grande - FURG



MEUS DOIS PAIS

Naldo, um menino que morava com seus pais, vivia em meio às suas brigas e discussões, e não ficou surpreso quando resolveram se separar. Com o passar do tempo, seu pai o apresentou a Celso, um amigo especial. Naldo vai morar com o pai e Celso, pois a mãe é promovida e precisa se mudar. Antes de sua mudança, o menino, ao presenciar uma conversa entre os pais, constata que há um segredo que envolve o pai. Na escola, Naldo começa a perceber que seus colegas o olham de maneira diferente e falam dele, mas não entende qual o motivo. Ao convidar um colega para dormir em sua casa, há uma negativa, e ao questionar o porquê, o colega justifica dizendo que o pai é gay. Após essa revelação, Naldo se rebela e vai para a casa da avó, fazendo diversos questionamentos sobre a homossexualidade do pai, falando de situações vivenciadas por um colega que tinha trejeitos femininos e era taxado de gay em sua escola, e como este sofrera. Essa nova realidade da família do menino Naldo gera um grande conflito de sentimentos mas, através das conversas com mãe, é possível perceber que o maior medo é o preconceito das demais crianças com a nova condição do pai - mas que se minimiza com o prevalecer da relação de amor entre pai e filho, bem como com Celso. O livro de Walcyr Carrasco traz uma discussão sobre as novas constituições familiares, quando o filho precisa se adaptar ao novo momento do pai, que após divorciar da mãe, começa um relacionamento homossexual. O livro mostra com sensibilidade as mudanças que acontecem na vida do menino Naldo, bem como um olhar sobre o preconceito da sociedade que é superado pela relação fundada pelo amor entre pai e filho. Os livros infantis que abordam essas novas configurações familiares se mostram como uma importante ferramenta para problematizar as mudanças vem acontecendo na sociedade, e, através dessas discussões, possibilitar que as crianças reflitam - e, de forma crítica, compreendam os efeitos que a discriminação tem na vida dos sujeitos que o sofrem.

Danieli de Lemos Pinheiro - Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura Bolsista de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq- Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola – GESE - Universidade Federal do Rio Grande –FURG



OLÍVIA TEM DOIS PAPAIS

O livro de Márcia Leite conta de forma suave e divertida a relação de Olívia com seus dois pais. A linguagem utilizada pela autora e as ilustrações feitas por Taline Schubach fazem com que a leitura aconteça de forma fácil e agradável. Todas as palavras que possam ser desconhecidas para o público-alvo, - as crianças - são explicadas logo em seguida, de forma que não comprometem a leitura. As explicações formam novos parágrafos, dão continuidade ao texto. O livro aborda um assunto que, muitas vezes, é tratado de forma polêmica: a adoção por parte de casais homossexuais. A temática não é explorada de maneira pontual; a abordagem acontece ao longo da narrativa, em meio aos diálogos da menina e seus pais. Olívia se mostra encantada pelos dois pais, e a relação entre os três é baseada no respeito, admiração e afeto. Papai Raul é pintor, trabalha em seu próprio ateliê; papai Luís é professor e costumava passar muito tempo fora de casa, mas, com a chegada de Olívia, passou a ficar mais tempo em casa. Olívia se diverte com seus pais, ao mesmo tempo em que os surpreende com suas perguntas e pensamentos. Sempre que pode, papai Raul brinca de boneca. Já papai Luís prepara comidas deliciosas. A relação entre os pais é apresentada de forma sutil, é algo comum, natural. A história traz a questão das brincadeiras de acordo com gênero. Olívia pergunta para os seus pais como eles conseguem tomar conta dela se nenhum dos dois costumava brincar de boneca ou casinha - coisas de menina, segundo papai Raul. O livro possibilita muitas reflexões, pois traz o binarismo: homem/mulher. Ao final da obra, Olívia diz que sente falta de ter contato com “coisas indispensáveis para meninas”, como maquiagens e perfumes; gostaria de poder pegar um sapato de salto para brincar. No entanto, mesmo sentindo falta dessas “coisas indispensáveis”, Olívia diz que adora ter dois pais, e que considera muito injusto o fato de seu colega da escola, Lucas, provocá-la por não ter uma mãe.

Danieli de Lemos Pinheiro - Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura Bolsista de Iniciação Científica- PIBIC/ CNPq- Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola – GESE - Universidade Federal do Rio Grande –FURG

I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



1º Lugar - Regar Munhoz Gonçalves - E.E.E.M. Lúcia Neves



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Beatriz Bueno Aivas - E.M.E.F. Mata Amargo



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Hayme Marques Saines - E.M.E.F. EMEF Peixoto Primo



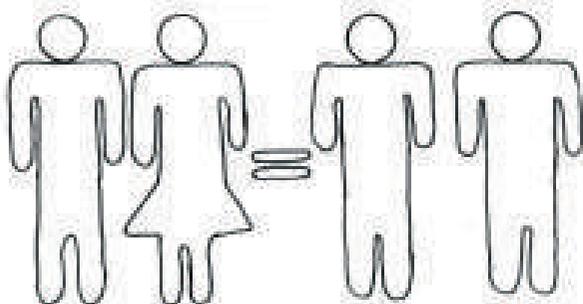
I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Audri Soares Diles - E.M.E.F. Prof. Zenir de Souza Braga



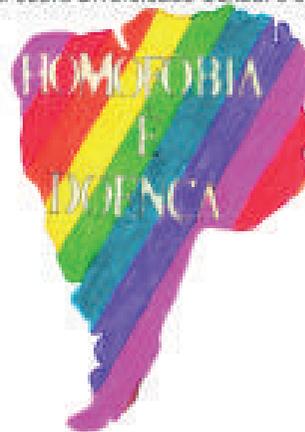
I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Jéssica da Silva Lija - E.M.E.F. Clemente Pinto



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Dandara Santos - E.M.E.F. Clemente Pinto



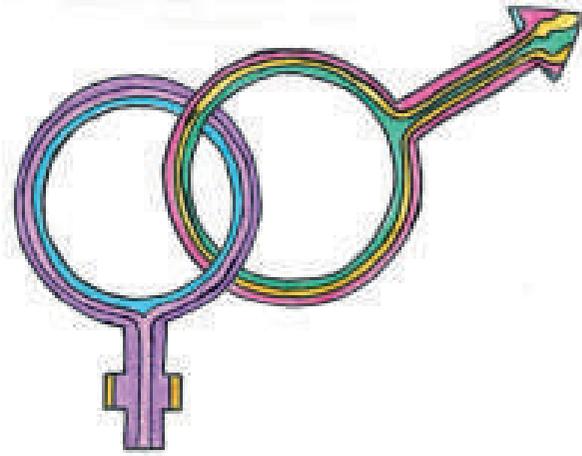
I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Bruno Nedeiros de Alvarenga - E.M.E.F. Mate Amargo



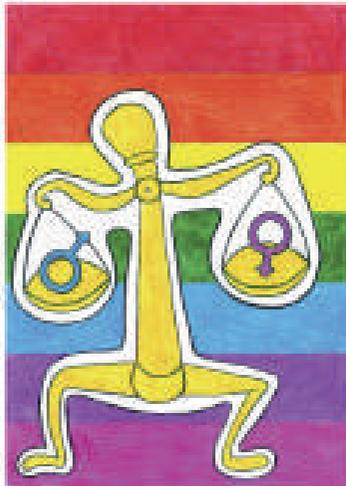
I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Bruna Borges Nunes - E.M.E.F. Clemente Pinto



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Patrícia Mulling da Silva - E.M.E.F. Mate Amargo



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Barbara Cordeiro Borges - E.M.E.F. Zenir de Souza Braga



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



Caren Beatriz de Barros Rodrigues - E.M.E.F. Mate Amargo



I Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero - 2013



1º Lugar - João Victor da Silva Lima - E.M.E.F. Prof. Zenir de Souza Braga

